

EQUOTERAPIA COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA

BARROS, Diane
Acadêmica do Curso de Psicologia (UNIVAG)
FERNANDES, Natália
Acadêmica do Curso de Psicologia (UNIVAG)
GOMES, Evelyn
Acadêmica do Curso de Psicologia (UNIVAG)
LOURENÇO, Giovana
Acadêmica do Curso de Psicologia (UNIVAG)
SOUZA, Jéssica
Acadêmica do Curso de Psicologia (UNIVAG)
DE LUIZ, George Moraes
Docente do Curso de Psicologia (UNIVAG)

Resumo

Este artigo aborda a funcionalidade da equoterapia (terapia com cavalo) enquanto uma ferramenta alternativa para o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência¹, como a Síndrome de Down e o Transtorno do Espectro Autista (TEA), assim como discute as possíveis contribuições da Psicologia nesse contexto. O trabalho ora apresentado, destaca a necessidade da implantação de políticas públicas que viabilizem esse método terapêutico para quem dele necessita, considerando que o mesmo pode ser um significativo instrumento para a inclusão de pessoas com deficiência. Como metodologia, foi adotada a pesquisa qualitativa bibliográfica e quantitativa associada à pesquisa documental referente às políticas de inclusão. Foi feita uma revisão sistemática de literatura no contexto da Psicologia, onde evidenciou-se a escassez de estudos sobre a equoterapia em articulação com a atuação do psicólogo. Como resultados, identificamos uma ampla discussão acerca do assunto em outras áreas, ou seja, apesar da Psicologia se mostrar relevante nesse contexto, ainda existem poucos materiais disponíveis acerca desta temática e do papel do profissional psicólogo nas políticas de inclusão. Destacamos a importância do trabalho interdisciplinar de acolhida e condução das práticas de inclusão, ressaltando ainda o papel do animal (cavalo) como instrumento de mediação no processo terapêutico, o que já vem sendo ressaltado em outros países.

Palavras-Chave: Psicologia. Pessoa com Deficiência. Equoterapia. Inclusão Social. Políticas Públicas.

1. INTRODUÇÃO

Embasando-se nos estudos em Psicologia Social, este artigo visa discutir quais as contribuições do psicólogo através da equoterapia (terapia com cavalos), destacá-la enquanto uma possibilidade de contribuição para o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência, bem como analisar de que forma a equoterapia pode colaborar com o processo de inclusão social de seus participantes.

De acordo com o Projeto de Lei nº 264, de 2010, a equoterapia é uma prática terapêutica que assegura o método como um possibilitador de reabilitação de pessoas com deficiência

¹De acordo com a Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência, o termo correto a se utilizar é “**pessoas com deficiência**”.
<https://www.tendenciainclusiva.com.br/single-post/2017/01/08/COMO-FALAR-AFINAL>.

através do cavalo e do trabalho da equipe interdisciplinar, visando o bem estar biopsicossocial do praticante.

A equoterapia é composta por uma equipe integrada que oferece apoio ao praticante e cuidados ao animal, esta é composta por: médicos, médicos veterinários, psicólogos, fisioterapeutas e profissionais de equitação. Todos são essenciais para que o trabalho possa ser executado de maneira integrada, pode-se também contar com o auxílio de pedagogos e profissionais de educação física (BRASIL, 2010).

De acordo com o Conselho Federal de Medicina Veterinária (2016), o uso de animais em estudos científicos, experimentos e práticas, só é autorizado mediante justificativas, as quais sejam capazes de possibilitar e/ou assegurar qualidade de vida ao animal e ao ser humano, proporcionando bem-estar em ambas as partes.

Em relação aos profissionais envolvidos na equoterapia e seus deveres, este estudo busca destacar o enfoque principal ao papel do psicólogo na equipe interdisciplinar e com o praticante, como também visa discutir quais as reflexões desta área a nível social. Para tanto, faz-se necessário discorrer brevemente sobre o histórico do engajamento da Psicologia às demandas sociais no Brasil.

Em mais de meio século de regulamentação enquanto profissão no Brasil, a Psicologia vivenciou inúmeros momentos críticos, como também obteve ganhos e avanços que trouxeram contribuições para a sociedade. Dentre esses avanços, destaca-se a sua inserção em meio às discussões e reflexões acerca da inclusão/exclusão social e sua busca em pensar e construir alternativas para amenizar o impacto deste na vida dos indivíduos (YAMAMOTO, 2007).

No decorrer dos primeiros vinte anos de regulamentação no Brasil, a Psicologia foi alvo de críticas devido ao seu grande enfoque de atuação nas áreas clínicas. Não era de interesse geral adentrar aos campos dos setores públicos, nem de fornecer atendimento às classes menos favorecidas. Neste período, era mínimo o número de profissionais registrados nos conselhos, assim como eram poucas as instituições de ensino que ofereciam tal formação (YAMAMOTO, 2007).

Foi após um regime autocrático-burguês, na década de 1960, tempo em que ocorreu uma intensa crise política e de mobilização social, que o cenário de atuação começou a se modificar, a Psicologia que antes limitava-se à esfera clínica esteve diante de uma situação em que tornou-se inevitável não voltar o seu olhar para a importância de sua atuação e de seu compromisso com as demandas sociais. Mesmo sendo impedida de debater tais questões em espaços universitários durante o período de repressão devido à “institucionalização da ideologia da segurança nacional”, os movimentos científico-profissionais se politizaram após o fim desta fase e a partir

disso os psicólogos começaram a se engajar em questões sociais, como: a luta antimanicomial e a criação de sindicatos (YAMAMOTO, 2007).

Atualmente, conforme previsto no Código de Ética Profissional do Psicólogo, o Conselho Federal de Psicologia (2014) dispõe que: o psicólogo deve atuar com responsabilidade social, pautando sua prática nos princípios que fundamentam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de forma que busque promover a preservação da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, bem como deve analisar a realidade política de seu contexto social e contribuir para a universalização do acesso da população às informações.

Diante desses deveres e do compromisso social, se faz direta a ligação do psicólogo com as discussões referentes às políticas públicas. O profissional pode contribuir tanto para com o atendimento ao cidadão, quanto com a elaboração e implantação dessas políticas. É através de seu engajamento neste cenário, que a Psicologia pode somar para com a possibilidade não somente do acesso, mas também da igualdade e da democracia (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

A partir disso, entende-se que discorrer acerca da equoterapia, compreendendo-a como um método terapêutico comprovado cientificamente e que pode possibilitar benefícios à nível biopsicossocial, torna-se um dever dos profissionais de psicologia engajarem-se nestas discussões e serem ativos nesse processo, tendo em vista a sua responsabilidade diante da instituição e promoção de políticas públicas.

Sobre o presente estudo, é pertinente salientar que o mesmo não se detém a explicação detalhada das técnicas utilizadas pelo psicólogo durante o tratamento terapêutico, visto que cada profissional atua conforme a demanda, de acordo com a sua abordagem psicológica e a partir daquilo que é proposto pela Equoterapia. Objetiva-se promover reflexões através da Psicologia Social, sobre quais as formas de contribuição deste profissional diante da possibilidade da promoção de qualidade de vida e inclusão social daqueles que fazem uso deste método terapêutico, bem como visa trazer brevemente os aspectos de colaboração da equoterapia para pessoas com: Síndrome de Down e Transtorno do Espectro Autista.

Os estudos da Psicologia acerca da equoterapia ainda são escassos, por isso torna-se importante o desenvolvimento de pesquisas e estudos nesta área, para que tal serviço seja de conhecimento tanto da sociedade, quanto dos poderes políticos (BUENO E MONTEIRO, 2011; FERRARI, 2003).

2. METODOLOGIA

O aporte teórico-metodológico desta pesquisa ancora-se na Psicologia Sócio-Histórica. Retrata a categorização do aprendizado utilizando do materialismo dialético e da linguagem, referindo-se a questões de como o ambiente proporciona o aprendizado humano e descrevendo como isso ocorre.

O materialismo histórico dialético está inserido em uma corrente filosófica que aplica a concepção dialética, visando compreender os processos sociais do sujeito ao longo de sua história, considerando este uma ação proveniente indo contrário ao movimento imóvel e definido. Esta teoria faz parte da lógica socialista de Marx, que descreve a relação do âmbito psicológico e social, que são interpretados através dos fenômenos sociais, e por meio dessa vinculação dialética e ambiental os eventos culturais são modelados (ZAGO, 2011).

A Psicologia Sócio-Histórica foi escolhida como a teoria, a mesma visa demonstrar a realidade da comunidade, trabalhando com mais afinco a inclusão e de que forma essa pode ser estabelecida no meio social, ressaltando os benefícios que a inclusão traz para o indivíduo, por acreditar que a forma como o outro se comporta interfere nas relações interpessoais. Outro ponto importante é que a área social observa e estuda o condicionamento, que nada mais é que uma técnica onde uma resposta é vista através do contexto que estimula esse acontecimento, ou seja, a mente está ligada a realidade social humana.

Essa pesquisa possui caráter quantitativo e qualitativo, uma vez que utilizou de valor numérico no que se corresponde à quantidade de artigos organizados e usados para explanação do conteúdo proposto, e no quesito qualitativo corresponde a um método que tem por objetivo produzir conhecimento aprofundado com o intuito de contribuir na produção de novas informações, visto que ela se preocupa com questões que não podem ser quantificadas, voltando-se a explicações das práticas por meio das relações sociais (FONSECA, 2002 apud GERHARDT e SILVEIRA, 2009). Por isso foram realizadas pesquisas de cunho bibliográfico, com levantamentos de dados por meio de literaturas, nas quais foram selecionadas de acordo com a similaridade com o objetivo geral deste estudo.

Primeiramente foram utilizadas as palavras-chave: equoterapia e psicologia. Os resultados obtidos consistiram em aproximadamente quatrocentos e cinquenta e seis materiais científicos, todavia foram retirados os trabalhos publicados nos últimos seis anos, do ano de dois mil e treze ao ano de dois mil e dezessete, foi dada preferência aos artigos mais recentes. Após verificar do que se tratavam, foram selecionados quinze artigos, por se aproximarem do objetivo do estudo com mais exatidão.

A respeito das palavras-chave: inclusão social e equoterapia, constaram cerca de setecentos e quarenta e seis materiais científicos. Utilizando o mesmo método acima, foram abstraídos os documentos mais recentes dos últimos seis anos que equiparavam-se com o conteúdo principal mantendo a precisão inicial, destacando assim os quinze artigos que mantinham esse enfoque.

Por conseguinte notou-se a imprescindibilidade de executar uma nova reavaliação dos artigos destacados para a pesquisa, pois em sua maioria eram documentos que tratavam temáticas em relação aos ganhos motores, coordenação motora fina e andar, temas esses que possuem uma comprovação positiva, no entanto não foram incluídos em sua totalidade, visto que este estudo visa realizar uma análise não somente dos ganhos referentes aos aspectos biológicos, mas considerá-los diante do viés biopsicossocial. Portanto, após a reavaliação, foram selecionados onze artigos que atribuíam aos aspectos almejados.

No decorrer do tempo das pesquisas, notou-se um aumento considerável de publicações de materiais com relação às palavras-chave buscadas, pode-se pensar nisso como um reflexo do avanço de investigações acerca da problemática, esta que gradativamente tem recebido maior visibilidade.

Com relação à análise dos dados, foi utilizado o método de análise do conteúdo por ser uma pesquisa de cunho bibliográfico. Bauer (2003) relata que dentro das ciências sociais empíricas desenvolvidas, a análise de conteúdo é uma ferramenta para análise de texto. Antes de qualquer análise e quantificação ser realizada, é necessário dar atenção e voltar-se aos tipos, qualidades e distinções no texto, fazendo ligação ao formalismo estético e a análise qualitativa dos materiais. Esse método propõe interpretar as palavras descritas, explorando-as de acordo com sua linguagem, ambivalência, diversidade e enredamento, visando à essência textual de forma a ser crítico não passando dos limites que um parágrafo oferece. Portanto, além de uma pesquisa social a análise de conteúdo diminui a dificuldade de leitura e compreensão de uma série de textos (BAUER, 2003).

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Psicologia Sócio-Histórica: Materialismo histórico-dialético

Antes de aprofundar os conceitos discutidos neste estudo, é importante saber que a Psicologia é uma ciência rica e possui um vasto campo de abordagens com diferentes perspectivas, mas apesar dessa amplitude de ideias, conceitos e técnicas, todas elas seguem e possuem como parâmetro os mesmos princípios de ética e conduta e atuam visando um bem

comum: promover saúde e qualidade de vida às pessoas e a sociedade como um todo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2014).

Discutir sobre o materialismo histórico-dialético é uma tarefa desafiadora, tendo em vista a complexidade de se compreender os sistemas, a sociedade e o ser humano. Lessa e Tonet (2011) trazem reflexões acerca de duas formas de se pensar a sociedade, sendo elas: a visão conservadora e a revolucionária, ambas as formas buscam responder os questionamentos acerca da possibilidade ou impossibilidade da superação da exploração do homem pelo homem.

A perspectiva conservadora acredita que o homem possui uma essência individualista, e que a história apenas confirma essa essência, deste modo, faz-se necessário por esta que haja na sociedade formas de disputas entre os indivíduos, ou seja, divisão de classes. Devido a essa essência, a mutação do formato capitalista para o comunista se faz inviável, visto que o segundo formato não baseia em divisão de classes e opressão (LESSA e TONET, 2011).

Em contrapartida, a perspectiva revolucionária acredita que sem a essência humana não haveria história, pois é o homem quem a constrói (LESSA e TONET, 2011). Outro fator apontado pelos revolucionários diz a respeito à barbárie ocasionada pela evolução da sociedade capitalista. Marx defende que é necessário que aconteça a emancipação da opressão humana e alega que é possível que uma sociedade capitalista, se transforme em comunista, pois a compreende como dinâmica e passível de mudanças. Ele acreditava que a existência humana depende tanto de si mesmo, quanto da transformação da natureza, ela se constrói com base em suas relações sociais, ou seja, depende de variáveis sociais (LESSA e TONET, 2011).

Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Na primeira maneira de considerar as coisas, parte-se da consciência como do próprio indivíduo vivo; na segunda, que é a que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais e vivos, e se considera a consciência unicamente como consciência deles (MARX E ENGELS, 1973, p. 47 apud NEWMAN E HOLZMAN, 2002, p. 23-24.)

Nesse meio, a temática que faz parte dessa realidade e torna possíveis as diferenças do homem e sua natureza é o trabalho, através dele se constroem os materiais da sociedade tornando o mesmo distinto da natureza, se fazendo um ser autêntico, que cria leis para controlar e reger o desenvolvimento e sobrevivência em conjunto. “[...] para Marx, nem toda atividade humana é trabalho, mas apenas a transformação da natureza” (LESSA e TONET, 2011, p. 21).

Marx acreditava que o homem se constrói através de sua criação objetiva, é preciso que o homem imagine e posteriormente coloque em prática a sua imaginação, isto recebe o nome de prévia-ideação. É a partir de sua criação que o homem se constrói, ou seja, quando algo é criado, o mundo e a sociedade mudam e promovem a mudança no sujeito, que passa a se adaptar ao que

criou, como também aprimora sua criação, para que desta maneira sua obra tenha diversas funções (LESSA e TONET, 2011).

Vigotski (2000) discorre sobre a conceituação do homem em sociedade como concreto, considerando que o mesmo não se constitui somente da consciência psíquica e sim, por meio da consciência daquilo que ele viveu, ou seja, nas relações experienciadas com o social e cultural. Com isso, o mesmo descreve sobre as significações da palavra social, que são influências diretas na personalidade do indivíduo.

Elas são transferidas para a personalidade, relações interiorizadas de ordem social, base da estrutura social da personalidade. Sua composição, gênese, função (maneira de agir) – em uma palavra, sua natureza – são sociais. Mesmo sendo, na personalidade, transformadas em processos psicológicos –, elas permanecem ‘quasi’-sociais. O individual, o pessoal – não é ‘contra’, mas uma forma superior de sociabilidade (VIGOTSKI, 2000, p. 26-27).

Começamos a existir como uma parcela de uma sociedade por meio de relações de atos individuais e da vida social, pois recebemos influências da sociedade em que vivemos. São duas as formas de objetivação, sendo objetivação e sociedade, e objetivação e conhecimento (LESSA e TONET, 2011).

Após recebermos influências da sociedade em que vivemos, seja ela por meios sociais ou individuais, o objeto ao ser construído pelo trabalho do indivíduo, se torna para Marx, uma dimensão social com sustento da sua história passada e fazendo parte da vida social e do homem de maneira geral. Podendo assim dizer que “ao ser objetivado, ele passa a fazer parte da história dos homens, passa a influenciar e a sofrer influências dessa história” (LESSA E TONET, 2011, p. 24).

Lessa e Tonet (2011) relatam que por meio da objetivação do conhecimento existe a forma singular do mesmo, ele cita o exemplo de que quando se aprende a construir um machado, pode se utilizar dessa habilidade em outras funções e através dela se aprende muitas outras coisas, como o reconhecimento do melhor material. Desta maneira os autores explicitam que o homem em contato e frente ao conhecimento singular e momentâneo se evolui, podendo se capacitar para outras áreas mais abrangentes de trabalho.

Existe também a forma generalizada onde os autores afirmam que todo conhecimento adquirido pelo homem é generalizado à toda sociedade, ou seja não tem como haver mudança do homem sem que haja também uma mudança no social em que ele se insere (LESSA e TONET, 2011).

Toda forma de trabalho é considerada social, pois em primeiro lugar é considerada como uma forma de evolução da humanidade da história anterior, em segundo pois este promove conhecimento, novas possibilidades e consequentemente mudanças sociais, em terceiro e último

lugar pois esses conhecimentos são generalizados de duas formas são aplicáveis em várias situações e podem ser considerados patrimônio, visto que esses são compartilhados pela humanidade. [...] “o trabalho é o fundamento do ser social porque transforma a natureza na base material indispensável ao mundo dos homens” (LESSA e TONET, 2011, p. 26).

O exemplo dado na obra de Lessa e Tonet (2011) acerca da construção do machado, possibilita pensar que, ao transformar a realidade (social) o indivíduo também se transforma, beneficiando-se de novas habilidades e conhecimentos, possibilitando a passagem para um processo de evolução. Além de se pensar na possibilidade de consequências futuras, por ser o machado uma ferramenta que aumenta a produtividade e capacidade de desenvolvimento, é determinante para a história humana esse avanço. Sendo assim por meio da transformação da natureza ocorre a mudança nos homens, que por sua vez, possibilitam alterações históricas e nas relações sociais.

Esse pressuposto epistemológico permitiu a construção da abordagem Sócio-Histórica em Psicologia Social. A Psicologia Sócio-Histórica, tem como base a Psicologia Histórico-Cultural, criada por Lev Semenovish Vygotsky (1896-1934), que foi fundamentada no marxismo e surgiu com o propósito de incentivar a psicologia dialética, tendo consigo a possibilidade de crítica e usando como base seus fundamentos epistemológicos e teóricos. Ela compreende o homem como um ser ativo, histórico e social (BOCK et al., 2007).

Algo amplamente discutido na Psicologia Sócio-Histórica, é o fenômeno psicológico. Há uma complexidade em compreendê-lo, no entanto, resumidamente, entende-se como o que é denominado como o “eu”, a subjetividade, constituída a partir da relação com o mundo social e material. Fazendo referência a esse “eu” com o meio cultural e social, pode-se destacar que muitos acreditam que a relação com o mundo social, interfere de forma negativa no desenvolvimento do psicológico, pois o mundo social é estranho ao eu, um lugar em que necessariamente devemos estar, logo precisamos nos adaptar. A partir de então, a bagagem psicológica debruça seus estudos no que se refere a adaptação desse eu no mundo social, cultural e econômico (BOCK, 2007). Os autores ainda ressaltam que:

Um lugar no qual temos de estar; por isso, só nos resta nos adaptarmos a ele. E a história desse aparato psicológico passa a ser a história da sua adaptação ao mundo social, cultural e econômico. Trabalhar, relacionar-se, aprender, fazer são atividades dessa adaptação. Amar, emocionar-se, perceber, motivar-se são vistas também como possibilidades humanas que se desenvolvem, ou melhor, se atualizam (pois já eram potencializadas) neste mundo externo (BOCK, 2007, p.22).

É interessante pontuar que para a Psicologia Sócio-Histórica, o fenômeno psicológico não tem ligação com a natureza humana, não é preexistente ao homem, mas reflete a condição em

que ele vive. Não é possível desmembrar tal temática à sociedade. O homem é um ser que se transforma, se constrói, a partir do mundo simbólico (social). Uma característica da Sócio-Histórica que contribui para questionamentos e críticas, diz respeito a ligação entre a Psicologia e os interesses dos grupos dominantes, desde questões referentes ao aumento do controle dos grupos sociais, até aos quesitos de seleção no âmbito do trabalho e distribuição no meio escolar (BOCK et al, 2007).

Tais críticas são capazes de nos proporcionar reflexões acerca do propósito em produzir os saberes na Psicologia, esta que não deve ser utilizada como uma massa de manobra em favorecimento de poderes dominantes, sua atuação deve estar voltada para o bem e para evolução da sociedade.

3.2 INCLUSÃO SOCIAL E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

É impossível dialogar sobre inclusão social, sem mencionar o fator “exclusão”. Ambos os termos possuem um significado abrangente e costumam ser utilizados para fazer referência à questões de desigualdade devido a algum tipo de deficiência ou característica individual, questões de exploração social e injustiça (SAWAIA, 2001).

A exclusão deve ser compreendida como um fenômeno que não se dá apenas por fatores coletivos ou individuais, por fatores racionais ou emocionais, mas se trata de um processo sócio-histórico extenso e complexo, constituinte de várias dimensões, como: a dimensão objetiva da desigualdade social, a dimensão ética da injustiça e a dimensão subjetiva do sofrimento (SAWAIA, 2001).

São inúmeras as formas de exclusão, esse processo envolve o homem por inteiro, bem como a sua relação com o outro. Mesmo não estando à margem da sociedade, o excluído sustenta a ordem social e pode sofrer no processo de inclusão social (SAWAIA, 2001).

Partindo do ponto de que todos possuímos algum tipo de necessidade, torna-se fundamental compreender que há uma diversidade ampla de necessidades e sofrimentos. Os indivíduos “excluídos” são pessoas que possuem sua singularidade, individualidade e consciência (SAWAIA, 2001).

Mencionando brevemente o histórico das pessoas com deficiência, é possível afirmar que estas são alvos de preconceito desde a antiguidade, o juízo pré-concebido pode surgir desde o nascimento da pessoa ou à partir do aparecimento de algum tipo de deficiência. No território brasileiro existem milhares de pessoas com deficiência, no entanto tal fato não descarta a existência da discriminação, a mesma pode ocorrer no ambiente escolar, no mercado de trabalho ou até mesmo no contexto familiar (MACIEL, 2000).

Além da pessoa com deficiência, as famílias ou os responsáveis também enfrentam dificuldades, visto que tanto a sociedade, quanto uma parte dos profissionais da saúde, dão enfoque aos aspectos limitantes da deficiência, ao invés de apresentarem as possibilidades de desenvolvimento e os modos de superar as dificuldades (MACIEL, 2000).

É preciso pensar nas pessoas com deficiência como cidadãos ativos, participantes e cientes de seus direitos. Pensar em políticas públicas inclusivas é um dever nosso, no entanto, é crucial que também haja interesse e empenho dos poderes políticos (MACIEL, 2000). Apesar da necessidade, é fundamental que antes de instituir políticas públicas, elas sejam analisadas de forma crítica e consequente, pois estas, quando não compreendidas como um todo, podem se tornar excludentes e discriminatórias (QUINTÃO, 2005).

Propõe-se discutir sobre os efeitos da equoterapia e pensá-la enquanto uma ferramenta que pode possibilitar um desenvolvimento amplo para estas pessoas que fazem parte do todo e de igual forma, respaldando-se nos direitos previstos pela Constituição Federativa da República do Brasil de 1988, também conhecida como a Constituição Cidadã. Conforme o artigo 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 2018, p.17).

Além disso, ainda conforme a Constituição Federativa da República do Brasil (2018), é do dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios zelar dos direitos das pessoas com deficiência, promover a garantia de seus direitos e dar assistência pública, seja no aspecto da saúde, como da educação.

3.3 EQUOTERAPIA

A utilização do cavalo como dispositivo benéfico que apresentasse resultados no processo terapêutico, se deu por volta de 458-370 A.C., época em que o pai da medicina, Hipócrates, mencionou a equitação como uma possibilidade de condição regeneradora para a saúde [...] “esta técnica já era utilizada para prevenção da insônia, entre outros males, e na recuperação de militares acidentados na guerra” (ECKERT, 2013, p. 16). Portanto, após esse marco a equoterapia foi utilizada pela primeira vez pela fisioterapeuta Eilset Bodtker, na Noruega. Em 1967, fundou-se o centro de equitação para pessoas com deficiência nos Estados Unidos (ECKERT, 2013).

Reconhecida no Brasil pelo Conselho Federal de Medicina, no ano de 1997, a equoterapia surge enquanto uma ferramenta terapêutica e educacional, que tem como instrumento principal o cavalo e é composta por uma equipe interdisciplinar em saúde, educação

e equitação, que busca obter resultados funcionais através do desenvolvimento do indivíduo em seus aspectos biológicos, psicológicos e sociais, por meio de um tratamento adaptado e individualizado (VALLE, NISHIMORI e NEMR, 2014).

É crucial o trabalho desenvolvido por cada profissional envolvido nesse tratamento terapêutico e é de extrema importância a troca de conhecimentos dos saberes de todas as áreas sobre cada caso, para que assim o indivíduo seja considerado como um todo. A equipe interdisciplinar é formada por: fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos, pedagogos, educadores físicos, instrutores de equitação, terapeutas ocupacionais e psicólogos (FERRARI, 2003).

É considerável destacar que as pessoas que praticam a equoterapia encontram-se em diversas classificações de deficiências neurológicas, todavia o que elas têm em comum é que apesar de possuir inúmeros obstáculos em decorrência da deficiência, essas obtêm proveito ao dispor-se da terapia com cavalos. Neste estudo, foram destacadas duas das deficiências mais mencionadas e citadas sendo: a Síndrome de Down e o Autismo.

A Síndrome de Down foi estudada inicialmente pelo médico inglês John Langdon Down no ano de 1866, e apenas após o período de noventa e três anos foram descobertas as reais causas genéticas causadoras da Síndrome de Down, pelo médico francês Jerome Legeune (SILVA e RIBEIRO, 2014).

Síndrome de Down é uma condição genética provocada pela trissomia do cromossomo vinte e um. No caso de pessoas com essa deficiência, o seu processo de desenvolvimento depende não apenas da maturação do sistema nervoso central, mas de fatores orgânicos, comportamentais e ambientais. Essa Síndrome pode afetar o desempenho na aquisição de habilidades motoras, mentais e na fala (TORQUATO et al, 2013).

A equoterapia voltada para pacientes com Síndrome de Down visa que o praticante consiga adquirir o máximo de autonomia funcional de acordo com os limites de cada indivíduo, através de estímulos sensoriais, neuromusculares e motores que o cavalo proporciona. O desenvolvimento motor se torna o resultado mais almejado (TORQUATO et al, 2013).

Sendo assim essa prática busca promover através das novas aquisições de habilidades psicomotoras que os praticantes venham a ter uma vida social mais produtiva, mediante a prática de suas atividades decorrentes do dia a dia, bem como de lazer e esportivas, trazendo benefícios não só físicos mas sociais, por meio da interação social que estes promovem as pessoas com deficiência físicas (TORQUATO et al, 2013).

Quanto ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), suas características podem se apresentar desde antes dos três anos de idade, devido a isso, os primeiros a perceberem podem ser os responsáveis, visto que a criança não procura pela figura materna e nem apresenta atos de

carinho, especificamente o de abraçar (SOUZA e SILVA, 2015). A pessoa com TEA pode apresentar dificuldades relacionadas à interação, habilidades sociais e à aprendizagem, tais fatores favorecem um confinamento da criança à rituais e sintomas, de maneira que a mesma se coloca em um mundo íntimo e expressa suas emoções de formas diferentes, o que torna a comunicação um grande desafio, podendo afetar o seu desenvolvimento (ANDRADE, TEODORO, 2012 apud SOUZA E SILVA, 2015).

O diagnóstico é concedido por uma equipe multidisciplinar, através de relatos trazidos pelos responsáveis e pela observação clínica, é primordial que a criança seja examinada de maneira física, psicológica e neurológica. Da mesma maneira que o diagnóstico é feito por uma equipe, o tratamento também é ofertado com a participação de profissionais da área da saúde e educação e em casos de tratamento pela equoterapia, a equipe conta com equitadores contribuindo assim para eficácia do tratamento e na inclusão social deste praticante (SOUZA E SILVA, 2015).

O tratamento proporciona melhoras na qualidade de vida, bem-estar, também possibilita oportunidades de desenvolver aspectos motores, sensoriais e ajuda na comunicação com o mundo externo (SOUZA E SILVA, 2015). É necessário construir métodos de tratamento adequado a realidade de cada paciente, mesmo que demore atingir o resultado esperado (FONSECA, 2014 apud SOUZA E SILVA, 2015).

3.4 PSICOLOGIA E EQUOTERAPIA

Compreendendo o ser humano como um ser biopsicossocial, a equoterapia busca considerar o praticante de forma global. Para além da clínica intramuros, a equoterapia proporciona ao psicólogo uma prática totalmente diferenciada e rica em experiências não comumente vividas em outros campos de atuação, tendo em vista que o tratamento utiliza-se do cavalo como um dispositivo terapêutico e que o trabalho é realizado em conjunto com a equipe interdisciplinar, praticantes, cuidadores e/ou familiares. Tal prática envolve acompanhamento, análise e avaliação dos envolvidos (SILVA e SILVA, 2017).

Com a equipe, o psicólogo tem como função buscar promover melhor entrosamento entre os mesmos, de forma que a comunicação entre os membros ocorra de maneira eficaz e todas as áreas de saberes sejam devidamente consideradas e respeitadas, a fim de constituir um plano terapêutico de acordo com a singularidade de cada indivíduo (SILVA e SILVA, 2017).

Para com o praticante, as práticas do psicólogo se voltam para o indivíduo de forma particular e de acordo com suas especificidades, visando o desenvolvimento da autoconfiança, do desenvolvimento psicomotor e afetivo, buscando avanços nos seus aspectos de socialização e

na possibilidade da construção autônoma de um espaço de reinserção para o praticante e seus responsáveis (SILVA e SILVA, 2017).

Os autores Bueno e Monteiro (2011) discorrem que o psicólogo se faz de suma importância, pois sua visão acerca dos aspectos psicológicos pode auxiliar a equipe a compreender suas características individuais e a obter um olhar amplo acerca do praticante, bem como deve buscar ressaltar as possibilidades e potencialidades do indivíduo, assim como integrar a família ao paciente durante o tratamento terapêutico (BUENO E MONTEIRO, 2011).

O objetivo de considerar os resultados do ponto de vista da Psicologia, é analisar a autoestima e a autoconfiança, a capacidade de criar vínculos, a adequação às funções cognitivas psicomotoras, como: linguagem, sensório-perceptiva, além de propiciar um ambiente de reinserção social (BUENO E MONTEIRO, 2011).

Desta maneira o psicólogo será o responsável por realizar o papel de mediador entre o indivíduo, a família ou responsáveis e a equipe interdisciplinar, visando subjetivar a experiência vivenciada na equoterapia para cada praticante, podendo verificar a situação atual e após a prática terapêutica, auxiliando no processo de submeter-se às possíveis frustrações, estimulando as áreas psicomotoras e sensório-perceptivas, ajudando o participante no processo de aprendizagem e possibilitando um olhar de forma global do indivíduo. Facilitando deste modo as relações ao transmitir a equipe aspectos mentais e emocionais e como estes podem acarretar as questões sociais, familiares e pessoais (BUENO e MONTEIRO, 2011).

Os estudos da Psicologia acerca da equoterapia ainda são escassos, por isso torna-se importante o desenvolvimento de pesquisas e estudos nesta área, para que tal serviço seja de conhecimento tanto da sociedade, quanto dos poderes políticos (BUENO E MONTEIRO, 2011; FERRARI, 2003).

5. RESULTADOS

Fazendo análise dos materiais selecionados para o desenvolvimento deste estudo, pôde-se observar que de forma geral o uso da equoterapia como uma ferramenta para o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas mostra-se positivo.

Em relação aos estudos da equoterapia como instrumento de inclusão e perante seus resultados, observou-se que este trabalho terapêutico ajuda a melhorar o desenvolvimento interpessoal, promovendo aprendizagem e habilidades sociais isto no âmbito escolar para crianças que possuem deficiência, ressaltando a importância de lugares que oferecem auxílio as mesmas (PAGANI, SILVA, CONSERVA et al., 2014; ANDRADE E CUNHA, 2014).

Reis e Zanella (2015) discutem que o psicólogo tem um papel fundamental na inclusão do deficiente na sociedade, no campo das políticas públicas e dentro das redes de atendimentos. O relevante papel do profissional é problematizar e discutir esses processos que necessitam de atenção, também é descrito por Matos (2013) em seu artigo que o auxílio do psicólogo no sistema de inclusão da pessoa com deficiência na procura de emprego é fundamental, pois ainda se encontram dificuldades de se ingressar no mercado de trabalho por conta do preconceito, falta de conhecimento ou até mesmo pela carência no aspecto inclusivo.

Machado e Fonseca (2014) trazem estudos com crianças que tem Transtorno de Espectro Autista (TEA), no qual enfatizam que a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) exerce um papel extremamente importante na inserção dessas crianças na rede pública de ensino, possibilitando cuidados, atendimentos, encaminhamentos e acompanhamentos contínuos. Meneghetti, Faria, Prazeres, et al. (2013) destacam que o direito das pessoas com deficiência de viver as diversas possibilidades de lazer, sendo incluso na realidade da sociedade em seus variados aspectos, contribuem no processo do desenvolvimento pessoal e social e garantem os processos de autonomia para essas pessoas.

É fundamental esclarecer a importância que os profissionais possuem na equoterapia fornecendo auxílio, suporte e atenção à família e principalmente a pessoa que necessita do serviço, ressaltando as contribuições do psicólogo juntamente com a equipe multidisciplinar e os diversos ganhos que são proporcionados aos praticantes e o foco acerca da inclusão nos âmbitos sociais, ressaltando o significativo crescimento nos estudos da equoterapia e seus benefícios, entretanto descrevendo a escassez que ainda há no que se trata da publicação de materiais. (SOUZA, AQUINO E SILVA, 2011; CARDOSO, 2016; OLIVEIRA, ZANCAN, GRAEFF, et al., 2012; BARROS et al., 2013);

Para finalizar os autores Zamo e Trentini (2016) em seu artigo verificaram os benefícios biopsicossociais na prática da equoterapia, correlacionando a equoterapia e a avaliação psicológica observando como resultados das investigações uma melhora no quadro de ansiedade, relacionamento interpessoal, cognição e comunicação dos participantes. Essas avaliações foram feitas em sua maioria em pessoas com TEA, os resultados evidentes no tratamento se dão em diminuição da ansiedade e os ganhos em relacionamento social.

Tabela de textos selecionados para esta pesquisa.

AUTOR	ANO	TÍTULO ARTIGO	DO	REVISTA	PALAVRAS-CHAVE

SOUZA, AQUINO E SILVA.	2011	Psicologia e equoterapia: conhecendo as dificuldades enfrentadas pelos cuidadores dos praticantes	REVISTA CIENTÍFICA DAS FAMINAS.	Equoterapia, psicologia, praticantes e cuidadores.
OLIVEIRA, ZANCAN, GRAEFF E HANNECKER.	2012	A equoterapia como ferramenta de inclusão social nos Institutos Federais de Educação do Brasil Estudo de caso no IFRS-Campus Sertão	REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL – R.I. UFSC	Equoterapia; Educação; Inclusão Social.
BARROS, QUEIROZ, SILVA, JUNIOR, MENEZES E RIBEIRO.	2013	Perfil dos praticantes do centro de equoterapia da instituição Pestalozzi da cidade de Maceió	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA SAÚDE	Equoterapia, fisioterapia, interdisciplinar, praticantes.
MATOS.	2013	Emprego apoiado: uma análise psicossocial da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.	Dissertação PUC-SP	Emprego apoiado, lei de cotas, inclusão no trabalho, deficiência intelectual, reconhecimento perverso, sofrimento ético político.
MENEGUETTI, FARIA, PRAZERES E SAMPAIO.	2013	O processo de inclusão por meio do lazer	Revista da associação brasileira de atividade motora adaptada	Lazer e deficiência, inclusão pelo lazer, lazer e direitos.
ANDRADE E CUNHA.	2014	A importância da equoterapia como instrumento de apoio no processo de ensino e aprendizagem de crianças atendidas nesta modalidade terapêutica.	Eventos pedagógicos	Equoterapia. Ensino-aprendizagem. Necessidades educativas especiais.

MACHADO E FONSECA	2014	O papel do raps na inserção social de crianças com transtorno do espectro autismo na rede pública de ensino	Repositório Institucional Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública	TEA RAPS Rede pública de ensino
PAGANI, SILVA, CONSERVA, TIMM E AVILA.	2014	Política pública de inclusão escolar no município de sorriso – MT	Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente	Aluno com deficiência. Inclusão. Escola Inclusiva. Política Pública.
REIS E ZANELLA	2015	Psicologia social no campo das políticas públicas: oficinas estéticas e reinvenção de caminhos.	Revista ciências humanas	Psicologia social, políticas públicas, oficinas estéticas.
CARDOSO.	2016	Efeitos da equoterapia no desenvolvimento do indivíduo com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática	UEPB - Universidade Estadual da Paraíba.	Transtorno autista, Equoterapia, Autismo.
ZAMO E TRENTINI.	2016	Revisão sistemática sobre avaliação psicológica nas pesquisas em equoterapia.	Psicologia: Teoria e Prática.	Psicologia; equoterapia; revisão sistemática; avaliação psicológica; terapia assistida por cavalos.

6. DISCUSSÃO

Este trabalho objetivou pontuar algumas temáticas no que se refere a equoterapia e a psicologia direcionando um foco para a discussão acerca da inclusão social de pessoas com deficiência como praticantes da equoterapia, refletindo diretamente na atuação do psicólogo e suas contribuições nesse campo, através de pesquisa qualitativa de materiais científicos extraídos da internet.

Inicialmente destaca-se que em sua maioria os artigos pesquisados discutiram a equoterapia como um processo inclusivo e benéfico ressaltando essa terapia de forma expansiva

por possibilitar a inclusão e desenvolvimento biopsicossocial para o sujeito, elevando e comprovando que esse trabalho é capaz de viabilizar inúmeros ganhos pessoais e sociais.

Maciel (2000) ressalta que desde os princípios, a sociedade se organiza de maneira que inviabiliza a inclusão social transformando pessoas como alvos de preconceitos e vítimas de atitudes insensíveis. No entanto, os educadores contam com o auxílio dos familiares para organizar ações com o intuito de ajudar a promover e incorporar a inclusão nas escolas, com a finalidade de construir uma sociedade inclusiva que resgata a dignidade e o respeito propiciando acesso igualitário alcançando educação para todos. Contudo, Maciel (2000), adverte que fomentar a inclusão somente na escola não extingue a problemática, uma vez que a exclusão se dá antes da pessoa adentrar na instituição escolar, na maioria das vezes se inicia ao nascer ou quando a deficiência se manifesta seja ela física, mental, adquirida ou hereditária.

As contribuições do psicólogo juntamente com a equipe multidisciplinar são essenciais na inclusão desses deficientes nos âmbitos sociais, de modo que os mesmos possam usufruir de seu direito às variadas possibilidades de lazer, que ajudam na contribuição do desenvolvimento tanto pessoal como social, proporcionando processos de autonomia (MENEGETTI et al., 2013).

Maciel (2000) expõe que são poucas as vagas de empregos possibilitadas ao deficiente e que o mesmo é o último a ser contratado, em casos de demissões é o primeiro e seu salário em alguns casos é menor do que dos outros trabalhadores do local. Matos (2013) relata que é imprescindível o auxílio do psicólogo na inclusão do deficiente no mercado de trabalho, pois existe dificuldades na ingressão, visto que, ainda enfrentam preconceitos, como também a falta de conhecimento das pessoas que os rodeiam.

É importante fornecer auxílio e atenção ao deficiente como também a família, uma vez que a mesma passa a ter necessidades específicas como orientação, acesso a grupos de apoio, ressaltando que a família é participante e mediadora no papel de inserção do deficiente à sociedade (MACIEL, 2000); (SOUZA, AQUINO E SILVA, 2011); (CARDOSO, 2016); (OLIVEIRA et al., 2012) (BARROS et al., 2013).

Dentre os estudos revisados acerca do Transtorno do Espectro Autista, evidenciam-se efeitos positivos em decorrência da prática da Equoterapia, foi possível constatar o desenvolvimento de aspectos biopsicossociais de praticantes com autismo (CARDOSO, 2016; SOUZA e SILVA, 2015).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem como características limitações e/ou dificuldades de interação social, dentre outros fatores, como: déficits de comunicação social, afetivo e psicológicos, bem como cognitivo, motor e sensitivo (SOUZA e SILVA, 2015; CARDOSO, 2016) em contrapartida, o tratamento em Equoterapia pode colaborar com o

desenvolvimento de tais aspectos, podendo possibilitar melhoria da qualidade de vida, diminuição da ansiedade, desenvolvimento da linguagem, cognição, fala, empatia e principalmente, nas interações sociais de pessoas com TEA (CARDOSO, 2016; SOUZA e SILVA, 2015; ZAMO e TRENTINI, 2016).

Zamo e Trentini (2016) discorrem sobre os resultados positivos referentes à comunicação e socialização, Souza e Silva (2015) também alegam tais desenvolvimentos atrelados aos relacionamentos sociais e ainda afirmam a possibilidade de uma significativa melhora na qualidade de vida do praticante da Equoterapia.

Souza e Silva (2015), assim como Cardoso (2016), destacam a importância da produção de mais estudos relacionados ao TEA e a Equoterapia, visto que os mesmos ainda são escassos e que tais podem contribuir com a descoberta de novas possibilidades de tratamento com resultados tão positivos quanto os já apresentados.

Ao se discutir a respeito da inclusão se faz necessário salientar a importância de se proporcionar o direito ao lazer às pessoas com deficiência, assim como afirma Meneghetti et al. (2013) que o acesso às diversas formas de lazer como a participação em atividades que incluem tarefas artísticas, sociais, turísticas, manuais, físico-esportivas possibilitam às pessoas com deficiência desenvolvimento além de pessoal e social, busca assegurar que estas pessoas criem autonomia. Consequentemente exercem sua cidadania ao apoderar-se do seu espaço físico e social.

Sobre a importância de se utilizar a equoterapia como instrumento de apoio no processo de ensino e aprendizagem das crianças que apresentam dificuldades na aprendizagem sendo elas falta de atenção, concentração memória e raciocínio Andrade e Cunha (2014) afirmam que esse método terapêutico proporciona às crianças que aprendam brincando e se divertindo, e consequentemente ocorre uma identificação da criança com atividade desenvolvida, possibilitando maior empenho por parte dela. Sendo assim quando um profissional da educação desenvolve um método exclusivo atendendo há necessidade de cada criança esta se torna uma alternativa para o desenvolvimento psíquico, motor, afetivo e social.

No que se refere ao trabalho da equipe multidisciplinar que trabalha interdisciplinarmente e na importância da composição da mesma, as autoras Lobo e Garcia (2001) ressaltam que para um acompanhamento completo se faz necessário uma equipe, a mais ampla possível, com no mínimo “um educador especial, um pedagogo, um fonoaudiólogo, um psicólogo, um fisioterapeuta, um neurologista, um ortopedista” (LOBO E GARCIA, 2001, p. 75). As mesmas discutiram sobre a necessidades de pesquisas nessa área pois sentiram dificuldades na pesquisa bibliográfica com este enfoque.

Silva e Silva (2017) discorrem sobre a possibilidade de ampliar a atuação do psicólogo nos espaços fora das clínicas, propiciando um novo espaço de transformação não somente individual mas coletiva, atingindo praticante/família, buscando a singularidade do sujeito, proporcionando também a reabilitação, promoção de saúde, inserção e desenvolvimento biopsicossocial aos mesmos com um espaço de protagonista.

A respeito das dificuldades enfrentadas pelos cuidadores dos praticantes da equoterapia, Souza, Aquino e Silva (2012) apresenta a visão da psicologia aplicada a equoterapia. Salientam que ela visa auxiliar não somente os praticantes mais também seus familiares e responsáveis que podem se encontrar abalados, confusos e fragilizados com a patologia dos praticantes.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a investigação dos estudos sobre as possíveis contribuições da Equoterapia para pessoas com deficiência e crianças com Síndrome de Down e Transtorno do Espectro Autista, observamos que esta se mostra eficaz e benéfica, podendo contribuir com desenvolvimento biopsicossocial de seus praticantes e possibilitando melhorias na qualidade de vida, desta forma, acredita-se que utilizá-la enquanto uma ferramenta colaboradora para a inclusão social destas pessoas pode se fazer real e viável.

Em razão ao analisado nos estudos científicos demarcados, majoritariamente há um consenso no que diz respeito aos benefícios da equoterapia e sua eficácia frente aos que participam dessa terapia, além também de compreender os envolvidos com os praticantes como instrumento auxiliador no processo de ensino e aprendizagem auxiliando nas funções da memória, concentração e raciocínio (AQUINO E SILVA, 2012; ANDRADE E CUNHA, 2014; MENEGHETTI et al., 2013).

Acerca do papel do psicólogo, este se mostra fundamental, visto que sua atuação está pautada na promoção da qualidade de vida aos praticantes, aos familiares e no auxílio à comunicação e relacionamento entre a equipe interdisciplinar. Para além disso, encontra-se ainda enquanto função do psicólogo, buscar alternativas para a discussão e instituição de políticas públicas referentes à equoterapia. O código de ética profissional do psicólogo, cita que o profissional atua como um agente que promove e fomenta a conscientização e desenvolvimento nos aspectos inclusivos, tendo responsabilidade com relação a promoção e prevenção a saúde, tornando o indivíduo ativo no seu processo. Prezando pela qualidade de vida, propagando e distribuindo informações que possam servir para que o sujeito torne-se responsável e conhecedor de seus direitos (CFP, 2014).

Discutir sobre a equoterapia e buscar abarcar todas as suas interfaces é uma tarefa extensa e desafiadora, por isso, torna-se importante que estudos acerca desta temática sejam cada vez mais abrangidos. Dentre as necessidades dos assuntos a serem abordados, encontram-se a carência de materiais que possam discorrer e fomentar possibilidades de implantação de políticas públicas que forneçam tal tratamento através do Sistema Único de Saúde (SUS). Compreende-se que este fator está para além de um simples estabelecimento de lei, visto que envolvem aspectos políticos, institucionais, sociais e econômicos, mas visualiza-se também a relevância do diálogo sobre a temática (QUINTÃO, 2005). Por isso, é preciso fomentar discussões, pois só assim será possível fazer com que a equoterapia seja de conhecimento, acesso e uso da população brasileira.

Dentre as dificuldades encontradas durante a elaboração deste artigo, a maior delas foi a escassez de estudos atuais que relacionam a Psicologia e a Equoterapia, como também aqueles que discutem sobre a instituição da mesma enquanto uma política pública e o papel do psicólogo diante desta possibilidade. Foram buscadas informações sobre as leis e regulamentos que pudessem nortear o uso do cavalo adequadamente como método terapêutico no haras, no entanto, não foram identificados registros e/ou regimentos específicos para o manuseio do mesmo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Gracielle Pinheiro da Silva; CUNHA, Marion Machado. A importância da equoterapia como instrumento de apoio no processo de ensino e aprendizagem de crianças atendidas nessa modalidade terapêutica. **Rev. eventos pedagógicos**. V. 5. N.2. p. 132-142, Rio Grando do Sul. Nov. 2014 . Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/viewFile/1491/1092> . Acesso em 03 Out de 2018.

BARROS, Juliana Emanuelle Santos Luz; QUEIROZ Claudenilksan Margarida Borges; SILVA, Lilia Maria Ferreira; JUNIOR, Afrânio Torres De Oliveira; MENEZES, Adeline Soraya de Oliveira da paz; RIBEIRO, Alice Sá Carneiro. Perfil dos praticantes do centro de equoterapia da instituição Pestalozzi da cidade de Maceió (al). **Ciências Biológicas da Saúde**. V.1. N.3. P. 137-146. Maceió. Nov. 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitsbiosauade/article/view/1045/614>. Acesso em: 05 de Out de 2018.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático. Editora Vozes, 2ª. ed. Petrópolis. Rio de Janeiro, 2003. In: _____ **Análise de conteúdo clássica: uma revisão**. p. 189-217.

BOCK, Ana Maria. Psicologia sócio-histórica uma perspectiva crítica em psicologia. In: **Psicologia sócio-histórica uma perspectiva crítica em psicologia**. BOCK Ana Maria. B., M., GONÇALVES, G. M., FURTADO, O. São Paulo: Cortez, 2002, p. 15-36.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]. -- Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2018.

BRASIL. Projeto de lei n. 4.761/2012, de 27 de novembro de 2012. Dispõe sobre a prática da equoterapia. SUBSTITUTIVO DA CÂMARA Nº 13, DE 2015, AO **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2010**.

BUENO, Rovana Kinas; MONTEIRO, Mariliane Adriana. Prática do psicólogo no contexto Interdisciplinar da equoterapia. Vivências: **rev. Eletrônica de extensão da URI**. v. 7 nº 13. Campos de Santo Ângelo. 2011. p. 172-178. Disponível em: http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_013/artigos/artigos_vivencias_13/n13_19.pdf. Acesso: 11 de Mar. 2017.

CARDOSO, Milena de Souza. **Efeitos da Equoterapia no Desenvolvimento do Indivíduo com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão sistemática**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual da Paraíba-UEPB. Campina Grande, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. **Código de Ética do Médico Veterinário** - Resolução Nº 1138. Portal CFMV. dez. 2016.. Disponível em: [http://portal.cfmv.gov.br/uploads/reso%201138_2016%20portal%20cfmv%20\(3\).pdf](http://portal.cfmv.gov.br/uploads/reso%201138_2016%20portal%20cfmv%20(3).pdf). Acesso em: 27 de ago de 2018

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do psicólogo**. Brasília, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Como a Psicologia pode contribuir para avançar o SUS: orientações para gestores**. Brasília, 2013.

CÓRDOVA, Fernanda Peixoto; SILVEIRA, Denise Tolfo. Unidade 2 – A pesquisa científica. In: _____ **Métodos de Pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil. UAB/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. P. 31-42. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 27 de Mar. 2017.

ECKERT, Deisirê. **Equoterapia como recurso terapêutico: Análise eletromiográfica dos músculos reto do abdômen e paravertebral durante a montaria**. 2013. p. 14-22. Dissertação, Ambiente e desenvolvimento, Centro Universitário-UNIVATES. Lajeado. 2013.

FERRARI, Juliana Prado. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Faculdade de Psicologia. **A prática do psicólogo na equoterapia**. São Paulo. 2003. Disponível em: <<http://www.sld.cu/galerias/pdf/sitios/rehabilitacion-equino/psicologia.pdf>>. Acesso em: 06 de Agosto de 2018.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2ª ed. Editora Expressão Popular. São Paulo. 2011. p. (13-27).

LOBO, Ana Rita Costa; GARCIA, Tatiana Marques. A relação de pertinência entre a equoterapia e a terapia ocupacional, em vista do paciente com paralisia cerebral do tipo diplégico espástico. **Multitemas**. N. 21. Maio 2001.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo Perspec**. São Paulo, v. 14, n. 2, p. 51-56, junho de 2000. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 out. 2018

MATOS, Naiara Roberta Vicente. **Emprego apoiado: uma análise psicossocial da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho**. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC. São Paulo 2013.

MENEGUETTI, Ana Paula; FARIA, Gislene Moreira Nogueira; PRAZERES, Maria Marcia Viana; SAMPAIO, Tania Mara Vieira. O processo de inclusão por meio do lazer. **Rev. Sobama**. V. 14. N. 2. P. 9-14, Brasília. Jul./Dez.2013. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/sobama/article/view/3609>. Acesso em: 05 de out de 2018.

NEWMAN, Fred. HOLZMAN, Lois. Cap. 01 - Vygotsky e a Psicologia. In:___ **Lev Vygotsky Cientista Revolucionário**. Trad. Marcos Bagno. Ed, Loyola. P. 15-30. São Paulo. 2002. Disponível em:

<https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=ZUtzAOXdrwC&oi=fnd&pg=PA9&dq=%C3%A3o+%C3%A9+a+consiencia+que+determina+a+vida+mas+%C3%A9+a+vida+que+a+gente+leva+que+deterina+nossa+consci%C3%Aancia++MARX&ots=b5skL9Q9ea&sig=WAcLwUKuwhNeJ0npXZ25pptQ61A#v=onepage&&f=false>. Acesso em: 28 de nov. 2018.

OLIVEIRA, Marcos Antônio; ZANCAN, Natalia Piva; GRAEFF, João Leonardo; HANNECKER, Marina Meca. A Equoterapia como ferramenta de inclusão social nos Institutos Federais do Brasil. **Repositório institucional**. Rio Grande do Sul. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/116899/Oficina%20-%20A%20Equoterapia%20como%20ferramenta%20de%20inclus%C3%A3o%20social%20nos%20Institutos%20Federais%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Brasil%20Estudo%20de%20Caso%20no%20IFRS%20%E2%80%93%20Campus%20Sert%C3%A3o%200%282%29%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 05 de out de 2018.

QUINTÃO, Denise Teresinha da Rosa. Algumas reflexões sobre a pessoa portadora de deficiência e sua relação com o social. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 75-80, Abr. 2005 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 Ago 2018.

REIS, Alice Casanova; ZANELLA, Andréa Vieira. Psicologia Social no campo das políticas públicas: oficinas estéticas e reinvenção de caminhos. **Revista de Ciências HUMANAS**, Florianópolis, v. 49, n. 1, p. 17-34, jan-jun 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2015v49n1p17/29604>. Acesso em: 05 Out. 2018.

SAWAIA, Bader. (Org.). (2001). **As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade**. Petrópolis, RJ: Vozes.

SILVA, Amanda Fontes; SILVA, Roberta Barbosa. O papel da psicologia na equoterapia: Uma clínica extramuros. **Revista Fluminense de Extensão Universitária**. 2017 Jul./Dez.; 07 (2): 08-16. Disponível em:

<http://editora.universidadevassouras.edu.br/index.php/RFEU/article/view/1159>. Acesso em: 22 de Ago. 2018.

SILVA, Fabiana Helena Coelho Pires da; RIBEIRO, Mayara Helen da Silva. **O Efeito da equoterapia no tratamento de crianças com Síndrome de Down: revisão de literatura**. Pindamonhangaba- São Paulo: FAPI Faculdade de Pindamonhangaba, 2014. Disponível em: <http://177.107.89.34:8080/jspui/handle/123456789/246>. Acesso em 15 de agosto de 2018.

SOUZA, Vanessa Macedo. AQUINO, Giselle Braga. SILVA, Adeliene Oliveira. Psicologia e equoterapia: conhecendo as dificuldades enfrentadas pelos cuidadores dos praticantes. **Rev. Faminas**. V.7.N.3. Minas Gerais. Maio. 2012. Disponível em: <http://periodicos.faminas.edu.br/index.php/RCFaminas/article/view/284/260>. Acesso em: 05 de out de 2018.

SOUZA, Marjane Bernardy; SILVA, Priscilla de L. N. Equoterapia no Tratamento do Transtorno do Espectro Autista: A percepção dos técnicos. **Revista Ciência e Conhecimento**. Vol. 09. Nº1. Rio Grande do Sul. 2015. Disponível em: http://www.cienciaeconhecimento.com.br/sdm_downloads/equoterapia-no-tratamento-do-transtorno-do-espectro-autista-percepcao-dos-tecnicos/ Acesso em: 06 de Ago. 2018.

TORQUATO, Jamili Anbar et al. A aquisição da motricidade em crianças portadoras de Síndrome de Down que realizam fisioterapia ou praticam equoterapia. **Fisioter**. 2013, vol.26, n.3, p.515-525. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-51502013000300005&lng=pt. Acesso em 08 de agosto de 2018.

VALLE, Lila Maria Ornelas; NISHIMORI, Aparecida Yumi; NEMR, Kátia. Atuação fonoaudiológica na equoterapia. **Rev. CEFAC**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 511-523, abril de 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462014000200511&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 de agosto de 2018

VIGOTSKI, Lev Semyonovich (2000). Lev S. Vigotski: Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade**. 71, p. 21-44.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Políticas sociais, terceiro setor e compromisso social: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicol Soc**. Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 30-37, abril de 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 de agosto de 2018

ZAGO, Luis Henrique. O método dialético e a análise do real. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 54, n. 127, p. 109-124, junho de 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2013000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 out. 2018

ZAMO, Renata de Souza; TRENTINI, Clarissa Marcell. Revisão sistemática sobre avaliação psicológica nas pesquisas em equoterapia: a systematic review. **Psicol. teor. prat.** São Paulo, v. 18, n. 3, p. 81-97, dez. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872016000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 set. 2018

